

**UNIRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

***IMPAIRMENT TEST: DIVULGAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO LISTADO NA
BM&FBOVESPA***

MIGUEL FERREIRA BISPO NETO

Orientador: Prof. Me. RICARDO NEVES BORGES

**Monografia apresentada à UniRV -
Universidade de Rio Verde, como parte das
exigências do curso de Graduação em
Ciências Contábeis para obtenção do Título
de Bacharel.**

RIO VERDE – GOIÁS

2014

**UNIRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

***IMPAIRMENT TEST: DIVULGAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO LISTADO NA
BM&FBOVESPA***

MIGUEL FERREIRA BISPO NETO

Orientador: Prof. Me. RICARDO NEVES BORGES

**Monografia apresentada à UniRV -
Universidade de Rio Verde, como parte das
exigências do curso de Graduação em
Ciências Contábeis para obtenção do Título
de Bacharel.**

RIO VERDE – GOIÁS

2014

NETO, Miguel Ferreira Bispo.

Impairment test: Divulgação do setor bancário listado na BM&FBOVESPA/ Miguel Ferreira Bispo Neto. Rio Verde, 2014. 45 f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado a UniRV – Universidade de Rio Verde, Faculdade de Ciências Contábeis, 2014.
Orientador: Prof. Me. Ricardo Neves Borges.

1. *Imapirment test*. 2. BM&FBOVESPA. 3. CPC 01



TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

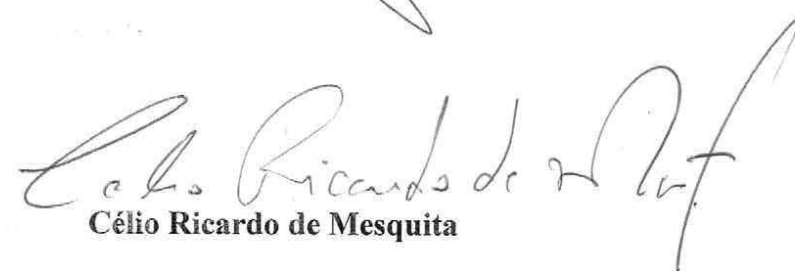
TERMO DE APROVAÇÃO

Impairment Test: divulgação do setor bancário listado na BM&FBOVESPA


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Miguel Ferreira Bispo Neto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 19 de Novembro de 2014 pela banca examinadora constituída por:



Ricardo Neves Borges



Célio Ricardo de Mesquita



Bruno Sabino de Sousa

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente à Deus, pois sem ELE, não haveria razão para a minha existência. Aos meus pais Cleuza Ferreira Alves e Claudivino de Souza Alves, que além de me dar a vida, me ensinaram a ter caráter. Aos meus irmãos Clézia Ferreira Alves e Douglas Ferreira Alves, aos meus sobrinhos Thais Ferreira Cabral, Millena Ferreira de Moraes e Luís Vinicius Ferreira de Oliveira. A minha esposa Fernanda da Silva Nunes que foi paciente nessa caminhada e me deu apoio em todos os momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pela saúde e sabedoria para superar as dificuldades nessa longa caminhada.

Aos meus pais Cleuza e Claudivino pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes. Em especial a três grandes mestres que fizeram parte dessa caminhada, a Prof^a. Ma. Eliene Aparecida de Moraes, Prof^a. Ma. Ivone Vieira Pereira e ao meu orientador Prof. Me. Ricardo Neves Borges, que elucidaram as minhas ideias e me ajudaram a aprender um pouquinho mais.

Aos meus amigos de faculdade Alcieny Martins, Fernanda Marques e em especial à minha amiga e esposa Fernanda da Silva Nunes, pelas noites em claro que passamos juntos para vencermos essa batalha.

“Muitas das grandes realizações do mundo foram feitas por homens cansados e desanimados, mas que continuaram trabalhando” (Autor desconhecido).

RESUMO

NETO, Miguel Ferreira Bispo. ***Impairment test: Divulgação do setor bancário listado na BM&FBOVESPA.*** 2014. 45 f. Trabalho do curso de Graduação em Ciências Contábeis – UniRV– Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2014*.

Com o objetivo de atender as diretrizes relativas à aplicação do teste de recuperabilidade de ativos nas demonstrações financeiras quanto à adequação ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de ativos, editado com base na Norma Internacional IAS 36, que tem como objetivo assegurar que o valor contábil de ativos não esteja superior ao seu valor recuperável. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é detalhar a importância do *impairment test* e demonstrar se as empresas do setor bancário listados na BM&FBOVESPA estão efetuando o teste de recuperabilidade em seus ativos imobilizados. Utilizou-se uma metodologia bibliográfica com pesquisas em livros e trabalhos científicos onde essa pesquisa foi segregada em etapas de classificação e quesitos com pontuações, onde foram obtidos resultados parciais e demonstrando os resultados anualmente com a média de divulgação. O resultado do trabalho que analisou 26 empresas nos anos de 2010 à 2013, constatou-se que cerca de 50% das empresas analisadas não efetuaram o teste de recuperabilidade, mesmo sendo obrigatório de acordo com a norma.

Palavras-Chave: *Impairment test*, BM&FBOVESPA, CPC 01

* Banca Examinadora: Prof. Me. Ricardo Neves Borges (Orientador) – UniRV; Prof. Célio Ricardo de Mesquita – UniRV; Prof. Bruno Sabino de Sousa – UniRV.

ABSTRACT

NETO, Miguel Ferreira Bispo. ***Impairment test: Disclosure of the banking sector listed on the BM&FBOVESPA.*** 2014. 45 f. Work of Course Completion II (Graduation in Accounting Sciences) – UniRV– University of Rio Verde, Rio Verde, 2014*.

Aiming to meet the guidelines for the application of the impairment of assets in the financial statements test for suitability to CPC 01 (R1) - Impairment of assets, edited based on the International Standard IAS 36, which aims to ensure that the carrying value of assets is not greater than its recoverable amount. In this context, the objective is to demonstrate the importance of the impairment test whether firms and the banking sector listed on the BM&FBOVESPA are performing the impairment test on its fixed assets. We used a methodology for segregated classification steps and questions, with scores, where partial results were obtained and showing the results annually on average disclosure. For that 26 companies were analyzed from 2010 to 2013 and found that about 50% of the analyzed companies did not make clear how to apply the recoverability test, even being required in accordance with CPC 01 (R1).

Key-Words: Impairment test, BM&FBOVESPA, CPC 01

* Examining board: Teacher Me. Ricardo Neves Borges (Advisor) – UniRV; Teacher. Célio Ricardo de Mesquita – UniRV; Teacher Bruno Sabino de Sousa.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fluxograma do teste de recuperabilidade.....	22
FIGURA 2 - Análise de regressão para o resultado das empresas.....	40
FIGURA 3 - Projeção da análise de regressão para o resultado das empresas	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Ativos aos quais não se aplica o CPC 01 (R1).....	19
QUADRO 2 - Definições importantes conforme CPC 27.....	23
QUADRO 3 - Evidências que um ativo pode ter sofrido impairment.....	25
QUADRO 4 - Itens de divulgação.....	29
QUADRO 5 - Empresas a serem avaliadas	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Resultado das análises quanto a divulgação	36
TABELA 2 - Empresas que não divulgaram ter aplicado o <i>impairment</i>	37
TABELA 3 - Empresas que divulgaram ter aplicado o <i>impairment</i> mas não obtiveram perdas e/ou reversões	38
TABELA 4 - Índice de divulgação do <i>impairment</i>	39
TABELA 5 - Aglutinação dos resultados.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central

BCO – Banco

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CAPM – *Capital Asset Pricing Model*

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CML – *Capital Market Line*

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Monetários

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFAS – *Statements of Financial Accounting Standards*

SIM – *Single-Index Model*

TBF – Taxa Básica Financeira

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

TR – Taxa de Retorno

UGC – Unidade Geradora de Caixa

WACC – *Weighted Average Cost Of Capital*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização	15
1.2 Problema de pesquisa	16
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 Delimitação.....	17
1.5 Relevância	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos	19
2.2 Ativo	20
2.3 Ativo imobilizado	21
2.4 <i>Impairment test</i>	22
2.4.1 Conceitos para mensuração do <i>impairment test</i>	23
2.4.2 Aplicabilidade do <i>impairment test</i>	25
2.4.3 Unidade geradora de caixa	26
2.4.4 Valor líquido de venda	26
2.4.5 Valor em uso.....	27
2.5 Taxas de desconto apropriadas	28
2.6 Divulgação.....	28
3 PROCEDER METODOLÓGICO	30
3.1 Quanto aos objetivos	30
3.2 Quanto aos procedimentos.....	31
3.3 Quanto à abordagem.....	31
3.4 Quanto a técnica de coleta de dados.....	32
3.5 População e amostra	32
3.6 Procedimento da análise dos dados	34
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
4.1 Empresas que não divulgaram o <i>impairment test</i>	36

4.2 Empresas que declaram ter realizado o <i>impairment</i> mais não obtiveram perdas e/ou reversões	38
4.3 Empresas que realizaram o <i>impairment</i> e obtiveram perdas e/ou reversões	39
4.4 Discussões gerais dos resultados	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Com a globalização da economia e das relações do mercado internacional, o Brasil adequou sua legislação contábil aos padrões internacionais emitindo a Lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e fez com que o país se adequasse ao padrão internacional de normas contábeis, já que a legislação brasileira encontrava-se ultrapassada com a Lei 6.404/76.

O *Impairment* em termos de teoria contábil é considerado evento de mais de dois séculos atrás, destaca Martins (2008). No Brasil o problema era a falta de norma sobre a aplicação do teste de recuperabilidade. A obrigatoriedade começou com a emissão do pronunciamento técnico CPC-01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), posteriormente aprovado pelos órgãos regulamentadores e depois a Lei 11.638/07 que introduziu a normatização e obrigatoriedade para as sociedades de grande porte. No âmbito internacional a sistemática do *impairment* já está estabelecida pelo FASB nos Estados Unidos e pelo IASB com as IAS e as IFRS (MARTINS, 2008).

Lunelli (2013) explica que o *Impairment* é uma palavra em inglês que significa deterioração em sua tradução literal. Tecnicamente trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo. O *impairment* na prática é a mensuração dos ativos que geram benefícios presentes e futuros (LUNELLI, 2013).

Silva (2006) destaca que o *Impairment* é o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico. O *impairment* é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas.

Lunelli (2013) aponta que este procedimento foi inicialmente introduzido pelo FASB, o SFAS 144 *Accounting for the impairment or Disposal OF Long-LivedAssets*, e pelo IASB com a IAS 36. No Brasil, esse procedimento é normatizado pelo CPC 01 (R1) denominado “Redução ao valor recuperável de Ativos”, instituído em 07/11/2007 pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovado pela Comissão de Valores Monetários – CVM, pela deliberação 527/07, e ainda, este procedimento é reconhecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.110/07, e também pelo Banco Central (BACEN) através da resolução CMN 3.566/08, com o principal objetivo de definir procedimentos para que os ativos não estejam avaliados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações ou por venda (LUNELLI, 2013).

Para aplicar o *impairment test* nos ativos é necessário primeiramente definir o modo pelo qual serão determinados os benefícios futuros desse ativo, depois determinar a taxa que deverá ser utilizada para trazê-los a valor presente. É relevante observar que não se usa uma taxa única e sim uma combinação de taxa (RAUPP; BEUREN, 2004).

1.2 Problema de pesquisa

Rudio (1986) conceitua que formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual se defronta e o que se pretende resolver, limitado o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível.

Diante dos métodos para aplicação do *Impairment Test*, o que se faz necessário e de suma importância é a definição da taxa a ser utilizada para sua aplicação e método para aplicação sendo o seu valor em uso ou valor líquido de venda, também não menos importante é saber sobre a divulgação conforme o CPC 01 (R1). Levando em consideração esse exposto: As empresas brasileiras de capital aberto do setor bancário listadas na BM&FBOVESPA estão realizando a divulgação de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor Recuperável de Ativos?

1.3 Objetivos

Nesta seção serão abordados os objetivos geral e específicos.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa está relacionado com uma visão abrangente do tema, ao qual está vinculada diretamente com a proposta do mesmo (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Portanto o objetivo geral deste, é demonstrar comparativamente as informações nas demonstrações financeiras do setor bancário com as normas do CPC 01 (R1).

1.3.2 Objetivos específicos

Silva (2010) ensina que os objetivos específicos são um desdobramento do objetivo geral em questões mais específicas. Salienta Silva (2010) que nesta fase a amplitude da proposta de trabalho tem sua delimitação, permitindo o avanço da pesquisa em sua devida profundidade, pois as generalizações são fatores que acabam impedindo a execução de trabalhos produtivos.

Para esta pesquisa foram estabelecidos como objetivos específicos os seguintes pontos:

- Discorrer sobre o *Impairment Test*;
- Listar as empresas que divulgaram e não divulgaram informações acerca do teste de recuperabilidade.
- Verificar se a divulgação está de acordo com as normas com o CPC 01 (R1);

1.4 Delimitação

Silva (2010) especifica que escolher um tema implica em sua delimitação. Delimitar significa pôr limites, isto é, determinar a profundidade, abrangência e extensão do assunto. Devem-se escolher temas menos abrangentes e que possam ser esgotados através da pesquisa.

Estudo quantitativo acerca das empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor bancário, quanto à divulgação nos anos de 2010 a 2013 do *Impairment test* de acordo com as normas de divulgação do pronunciamento técnico CPC 01 (R1).

1.5 Relevância

É sabido que a obrigação de se adequar às normas internacionais de contabilidade também foi estendido às pequenas e médias empresas do Brasil de acordo com a Lei 11.638/2007 e 11.941/2009. Assim, todas devem divulgar também as normas trazidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil (CPC), que introduziu além de outros pronunciamentos, o CPC 01 (R1) – Teste de Recuperabilidade de Ativos.

O objetivo do CPC 01 (R1) é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

O fato é que o mercado investidor reivindica que as demonstrações contábeis sejam feitas conforme as normas internacionais de contabilidade que são traduzidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Assim é extremamente necessário realizar as demonstrações de forma clara e concisa.

Através da pesquisa elaborada, contribuiu com o esclarecimento de como foi realizado a divulgação do *Impairment test* pelas empresas do setor bancário no Brasil e quantificou os itens para determinar aquela que mais cumpriu com os itens da norma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) (2010) tem como objetivo principal definir os procedimentos, visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá, imediatamente, reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. O Pronunciamento também define quando a entidade deve reverter referidas perdas e quais divulgações são necessárias (CPC 01 (R1), 2010).

Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irre recuperável, a entidade aplica o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável (CPC 27, 2009).

Para determinação do *impairment test*, alguns não são submetidos a reconhecer a redução ao valor recuperável conforme define o CPC 01 conforme o quadro 1.

QUADRO 1 - Ativos aos quais não se aplica o CPC 01 (R1)

Ativos	Normas a serem aplicadas
Estoques	CPC 16 – Estoques
Ativos advindos de contratos de construção	CPC 17 – Contratos de construção
Ativos fiscais diferidos	CPC 32 – Tributos sobre o lucro
Ativos advindos de planos de benefícios a empregados	CPC 33 – Benefícios a empregados
Ativos Financeiros	CPC que disciplinam instrumentos financeiros
Propriedades para investimentos mensuradas ao valor justo	CPC 28 – Propriedades para investimentos
Ativos biológicos	CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola
Custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros	CPC 11 – Contratos e seguros
Ativos não circulantes mantidos para venda	CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

Fonte: CPC 01 (R1), adaptado pelo autor (2014).

Para os ativos citados quadro 1 deve-se observar e respeitar a norma específica que trata sobre cada assunto.

2.2 Ativo

O *Impairment Test* é aplicado aos ativos imobilizados ou grupos de ativos que podem ser chamados de unidades geradoras de caixa. Mas o que seria um ativo?

O CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2012), define ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Marion (2009) ensina que ativo é um conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.

Já para Araújo e Assaf (2004), o ativo é considerado um conjunto de bens e direitos de patrimônio da sociedade, o qual pode ser apresentado sob a forma tangível ou intangível, ou seja, possuindo ou não matéria física.

O ativo compreende, de forma muito simplificada, os bens e os direitos da entidade expressos em moeda; caixa, bancos (ambos constituem disponibilidades financeiras imediatas), imóveis, veículos, equipamentos, mercadorias, contas a receber de clientes são alguns dos bens e direitos que uma empresa normalmente possui (IUDICIBUS *et. al.* 2010).

As contas do ativo apresentam-se organizadas de acordo com o seu grau de liquidez (capacidade de conversão em moeda), sendo dispostas (CRUZ; ANDRICH; SCHIER, 2010) por:

1. Ativo Circulante;
2. Ativo não-circulante.

O ativo circulante de acordo com a Lei 6.404/76 compreende as disponibilidades, direitos, inclusive os estoques, e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. Para se adequar ao conceito de ativo circulante, os valores alocados deverão se concretizar até o final do exercício seguinte.

No ativo não-circulante encontra-se: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. O ativo não circulante compreende os direitos ao qual não se encaixam no ativo circulante por excederem o prazo de se realizarem até o final do exercício seguinte (CPC 27, 2009). No ativo não circulante encontra-se o Imobilizado, ao qual é objeto de estudo desta pesquisa.

2.3 Ativo imobilizado

Segundo o CPC 27 (2009), Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens (CPC 27, 2009).

Araújo e Assaf (2004) conceituam ativo imobilizado como o conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa, considerado de caráter permanente, no qual não é destinado a venda e sim, para uso exclusivo da entidade.

Marion (2009, p. 251) relaciona vários itens que compõem o Ativo Imobilizado:

- Terrenos (realmente utilizados pela empresa);
- Edifícios (realmente utilizados pela empresa);
- Instalações (integradas aos Edifícios: hidráulicas, contra incêndios, elétricas, sanitárias, etc.);
- Máquinas e Equipamentos (para realizar atividade da empresa);
- Móveis e Utensílios (mesas, cadeiras, microcomputadores, impressoras, fax, arquivos, etc.);
- Veículos (de utilização para cargas, para vendas, para administração, etc.);
- Ferramentas (com vida útil superior a um ano);
- Benfeitorias em Propriedades Arrendadas (construções, instalações, etc. em prédios de terceiros);
- Direitos sobre Recursos Naturais (aquisição de direitos para exploração de jazidas de minérios, etc.).

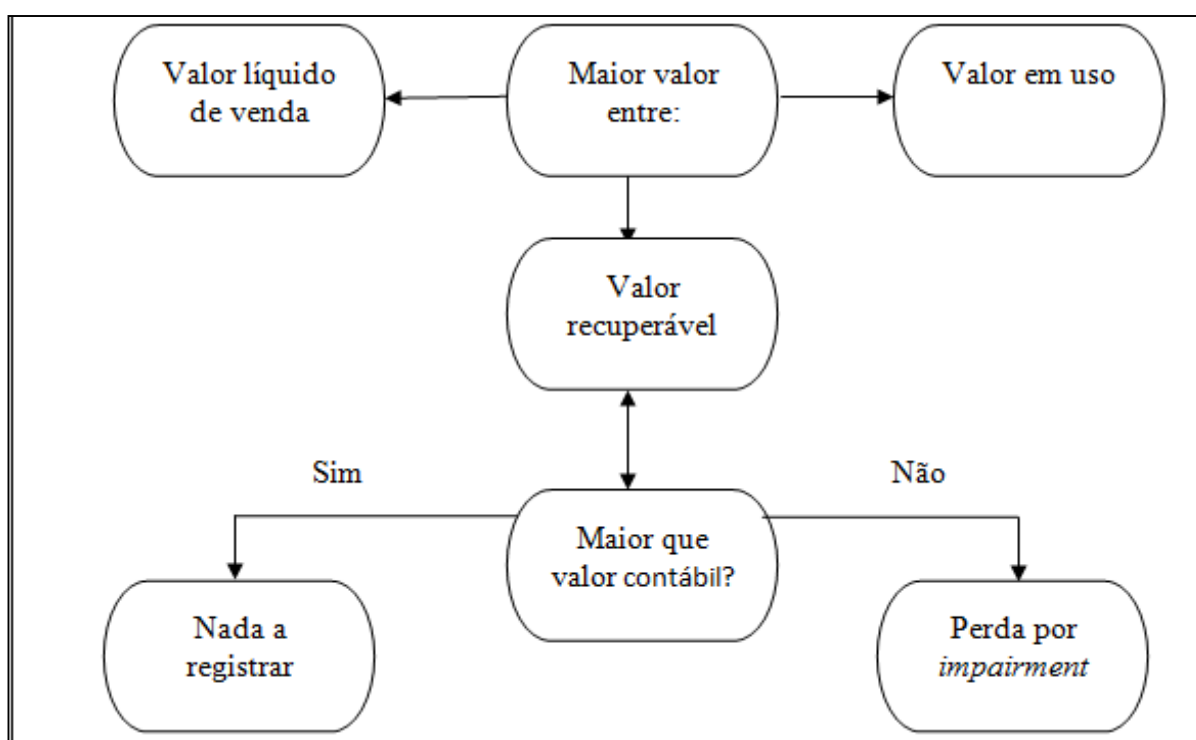
O ativo imobilizado é a parcela do ativo que se compõe dos bens destinados ao uso (não à venda, apesar de poderem vir a ser vendidos, normalmente após seu uso) e à manutenção da atividade da empresa, inclusive ao de propriedade industrial ou comercial

(IUDÍCIBUS *et. al.* 2010). São elementos que servem a vários ciclos operacionais da empresa, às vezes por sua vida toda. Estão incluídos, entre tais elementos, aqueles que, pertencentes à empresa, destinam-se a servir no futuro ao processo operacional, caso estejam à espera de utilização no lugar de outros em operação, ou estejam sendo preparados para serem utilizados (IUDÍCIBUS *et. al.* 2010).

2.4 Impairment test

O *impairment test* é um instrumento para mensurar a perda de valor recuperável de ativos que tem como objetivo assegurar que os ativos da entidade não estejam registrados por um valor maior que seu valor recuperável (LUNELLI, 2013).

Para ilustrar o *impairment test*, a figura 1 apresenta de forma resumida o formato de como se instaura o teste de recuperabilidade.



Fonte: Ernest e Young 2010, adaptado pelo autor (2014).

FIGURA 1 - Fluxograma do teste de recuperabilidade

Conforme demonstrado na figura 1, para o reconhecimento da perda por *impairment test* é necessário que a entidade avalie seu ativo ou grupo de ativos (Unidades Geradoras de

Caixa) pelo valor em uso ou pelo valor líquido de mercado dos dois o maior. Após essa avaliação é necessário se comparar com o valor contábil registrado na contabilidade, se o valor avaliado (valor em uso ou valor líquido de venda), for maior que o valor contábil não há perda por *impairment test*, caso seja maior, deverá ser registrada a perda.

2.4.1 Conceitos para mensuração do *impairment test*

Para alicerçar o entendimento sobre as modificações propostas que realizam uma ligação entre a nova realidade em que a contabilidade está inserida e os objetivos específicos deste trabalho, que foram extraídos do CPC 27 (2009) e CPC 01 (R1) (2010), alguns conceitos que servem de base para as adequações necessárias visando ao atendimento da norma.

Para a compreensão do estudo, é imprescindível ter claramente definidos os conceitos trazidos do CPC 27 (2009), que tem o seguinte texto:

QUADRO 2 - Definições importantes conforme CPC 27

Termos	Definições
Valor contábil	É o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
Custo	É o montante de caixa ou equivalente de caixa pago, ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção.
Valor depreciável	É o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.
Depreciação	É a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.
Valor específico para a entidade	(valor em uso) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera: (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (II) incorrer para a liquidação de um passivo.
Valor justo	É o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
Perda por redução ao valor recuperável	É o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
Valor recuperável	É o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.
Valor residual	É o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.
Vida útil	(a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Fonte: CPC 27 (2009), adaptado pelo autor (2014).

Para realização do teste de recuperabilidade, o CPC 01 (R1) (2010) traz as terminologias e as definições dos dados necessários para a efetivação do cálculo. Para análise da recuperabilidade de um bem do ativo imobilizado, é necessário conhecimento de alguns termos técnicos que serão usados no desenvolver deste estudo, conforme o CPC 01 (R1) (2010), transcrito a seguir:

Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Mercado ativo, é um mercado no qual todas as seguintes condições existem:

- (a) os itens transacionados no mercado são homogêneos (CPC 01 (R1), 2010);
- (b) vendedores e compradores com disposição para negociar podem ser encontrados a qualquer momento para efetuar a transação (CPC 01 (R1), 2010); e
- (c) os preços estão disponíveis para o público (CPC 01 (R1), 2010).

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (CPC 01 (R1), 2010).

Ativos corporativos são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob-revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa (CPC 01 (R1), 2010).

Despesas de venda ou de baixa são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado (CPC 01 (R1), 2010).

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual (CPC 01 (R1), 2010).

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil (CPC 01 (R1), 2010).

Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda (CPC 01 (R1), 2010).

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de

unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável (CPC 01 (R1), 2010).

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (CPC 01 (R1), 2010).

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa (CPC 01 (R1), 2010).

2.4.2 Aplicabilidade do *impairment test*

Para aplicação do *impairment* deve-se definir quando é necessário aplicar o teste de recuperabilidade (*impairment test*). O IAS 36 (1998) salienta a necessidade de se efetuar o cálculo do valor recuperável sempre que existirem fatores externos e internos que indiquem a ocorrência de uma possível descapitalização no valor do bem registrado no ativo permanente.

O quadro 3 estabelece alguns fatores internos e externos que devem ser observados para determinar se houve alguma evidência de que uma ativo possa ter sofrido perdas por redução ao valor recuperável.

QUADRO 3 - Evidências que um ativo pode ter sofrido *impairment*.

Externas	Internas
Declínio significativo no valor de mercado de um ativo;	Obsolescência ou danos físicos;
Mudanças negativas na tecnologia, nos mercados, na economia, ou nas leis;	Decisões sobre planos de descontinuidade ou reestruturação das operações;
Aumentos em taxas de interesse do mercado;	Desempenho econômico inferior ao esperado.
Ativos líquidos com valor maior do que a sua capitalização no mercado.	

Fonte: CPC 01 (R1) (2010), adaptado pelo autor (2014).

A entidade deve avaliar, no mínimo, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica considerando os fatores internos e externos do quadro 3. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a eventual desvalorização (MARION, 2009).

2.4.3 Unidade geradora de caixa

O teste de recuperabilidade de ativos deve ser realizado em Ativos Imobilizados ou Unidade Geradora de Caixa (UCG), mas o que seria uma Unidade Geradora de Caixa?

O CPC 01 (R1) (2010) define UGC como “o menor grupo de identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos”.

Para que um ativo ou grupo de ativos seja identificado como uma unidade geradora de caixa, deve-se existir um mercado ativo para seu produto, mesmo se toda a produção, ou parte dela for usada internamente (SOUSA, 2012).

Se a entrada de caixa gerada por qualquer ativo ou unidade geradora de caixa é afetada pelo preço interno de transferência, a entidade deve utilizar a melhor projeção, por parte da administração, dos preços futuros que poderiam ser atingidos em uma transação em bases comutativas, estimando as entradas futuras de caixa utilizadas para determinar o valor em uso do ativo ou da unidade geradora de caixa, e as saídas futuras de caixa utilizadas para determinar o valor em uso para qualquer outro ativo ou unidade geradora de caixa que são afetados pelo preço interno de transferência (SOUSA, 2012).

Na determinação da unidade geradora de caixa, existe um julgamento por parte da entidade e, por esse motivo, possui um grau de subjetividade. O CPC 01 (R1) (2010) exige, no entanto, que exista uma consistência temporal na identificação da unidade geradora de caixa, ou seja, recomenda-se que a empresa mantenha as unidades geradoras de caixa ao longo do tempo. Essa recomendação é uma tentativa de evitar que ocorram manipulações de resultados nesta definição (NIYAMA; SILVA, 2011).

2.4.4 Valor líquido de venda

Marion (2009) atesta que o valor líquido de venda possui como melhor evidência um contrato de venda formalizando a transação entre as partes. Caso não exista o contrato formal, o preço pode ser obtido através do valor de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias para a venda.

Em todos os casos, o valor líquido de venda deve se considerar os custos relacionados à venda do ativo, incluindo os custos legais, despesas de anúncio para venda, comissões, impostos, custos de transporte, entre outros (ERNEST; YONG, 2010).

2.4.5 Valor em uso

O valor em uso só precisa ser executado se não for possível identificar o valor líquido de venda de um ativo ou grupo de ativos ou se o valor líquido de venda de um ativo ou grupo de ativos for inferior ao seu valor contábil (ERNEST; YONG, 2010).

Para mensurar o valor em uso é necessário obter o fluxo de caixa descontado, e para isso o CPC 01 (R1) (2010) dá algumas orientações:

- (a) basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto (*range*) de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo. Peso maior deve ser dado às evidências externas (CPC 01 (R1), 2010);
- (b) basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes aprovados pela administração que, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo (CPC 01 (R1), 2010);
- (c) estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa média de crescimento, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada (CPC 01 (R1), 2010).

2.5 Taxas de desconto apropriadas

Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, deve-se utilizar uma taxa de desconto que não exceda a taxa de crescimento médio de longo prazo do mercado, ou a taxa do segmento da empresa (SILVA; MARQUES; SANTOS, 2009).

Sousa (2012) esclarece que dentre as taxas existentes pode-se citar algumas:

1. Taxa obtida de instituições ou organismos externos e independentes da entidade, nesse caso pode citar a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), TBF (Taxa Básica Financeira) e TR (Taxa de Retorno).
2. Taxas de desconto obtidas com base nos números contábeis da própria entidade onde podemos citar a WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*), que significa Custo Médio Ponderado de Capital.
3. Taxas de juros obtidas com base nas teorias de precificações de ativos, que podem ser CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), CML (*Capital Market Line*) e SIM (*Single-Index Model*).

A taxa de desconto deve refletir o valor do dinheiro no tempo e deverá considerar os riscos específicos do ativo. Uma taxa adequada deve ser compatível com o retorno esperado pelos investidores para um ativo semelhante, considerando os valores, época e riscos equivalentes aos do ativo em avaliação (ERNEST; YONG, 2010).

2.6 Divulgação

A divulgação é um dos itens que possui maior importância nas demonstrações contábeis, por que através de uma divulgação adequada, pessoas diferentes podem chegar a mesma interpretação que a empresa conseguiu alcançar.

O CPC 01 (R1), obriga as entidades quatro itens para cada classe de ativos. A classe de ativos significa o agrupamento de ativos de natureza e uso similares nas operações de cada entidade (CPC 01 (R1), 2010).

[...]

O montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;

O montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;

O montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e

O montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período (CPC 01, 2010).

Segundo o CPC 01 (R1), a entidade também deverá divulgar as seguintes informações para cada perda ou reversão reconhecida durante o período para um ativo individual ou unidade geradora de caixa e até mesmo para o *Goodwill* conforme o quadro 4:

QUADRO 4 - Itens de divulgação

Descrição
Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização;
O montante da perda por desvalorização reconhecida ou revertida;
Para um ativo individual: <ul style="list-style-type: none"> ✓ a natureza do ativo; e ✓ se a entidade reporta informações por segmento de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22, o segmento a ser reportado ao qual o ativo pertence;
Para uma unidade geradora de caixa: <ul style="list-style-type: none"> ✓ uma descrição da unidade geradora de caixa; ✓ o montante da perda por desvalorização reconhecida ou revertida por classe de ativos e, se a entidade reporta informações por segmento nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 22, a mesma informação por segmento; e ✓ se o agregado de ativos utilizado para identificar a unidade geradora de caixa tiver mudado desde a estimativa anterior do seu valor recuperável (se houver), uma descrição da maneira atual e anterior de agregar os ativos envolvidos e as razões que justificam a mudança na maneira pela qual é identificada a unidade geradora de caixa;
Se o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) é seu valor justo líquido de despesa de venda ou seu valor em uso;
Se o valor recuperável for o valor justo líquido de despesas de venda, a base utilizada para determinar o valor justo líquido de despesas de venda (por exemplo, se o valor justo foi determinado tendo como referência um mercado ativo);
Se o valor recuperável for o valor em uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa corrente e na estimativa anterior (se houver) do valor em uso.

Fonte: CPC 01 (R1) 2010, adaptado pelo autor (2014).

O quadro 4, demonstra os itens a serem divulgados nas demonstrações contábeis das empresas do setor bancário listados na BM&FBOVESPA. Caso seja demonstrado todos esses itens, a empresa estará divulgando de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Gil (2002) ensina que pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002).

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002).

Lakatos e Marconi (2001) relatam que as Pesquisas Científicas podem ser classificadas quanto ao Método de Abordagem, Objetivos, Procedimentos e Técnicas de coleta de dados.

3.1 Quanto aos objetivos

Gil (2002) classifica o método de objetivos em: Exploratória, Descritiva e Explicativa.

A pesquisa exploratória é aquela que visa conhecer mais e melhor o problema de pesquisa, em aprimorar ideias, tendo como objetivo proporcionar maiores informações sobre o assunto. A pesquisa descritiva é caracterizada pelos fatos que são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador. Já a pesquisa explicativa busca identificar fatores determinantes para a ocorrência dos fenômenos, investigam as relações entre as causas e os efeitos, sendo um tipo de pesquisa mais complexa.

O presente trabalho utilizará do método de objetivos o tipo exploratória e descritiva,

listando quantitativamente a aplicação do *Impairment Test* nas empresas brasileiras de capital aberto do setor bancário, efetuando uma tabela com as empresas que divulgaram ou não o teste de recuperabilidade de ativos para os itens do imobilizado, comparando e demonstrando a importância do *Impairment Test*.

3.2 Quanto aos procedimentos

A execução de uma pesquisa depende das técnicas e procedimentos a serem adotados para a coleta e análise dos dados, sua natureza e objetivos requerem ferramentas adequadas para a resolução dos problemas de pesquisa. Isso significa que existem vários tipos de pesquisa que são adotados em função das necessidades práticas de execução, que se classificam em: bibliográfica, documental, estudo de caso, experimental, pesquisa de ação e pesquisa participante (JUNG, 2003).

Será utilizado procedimento de pesquisa bibliográfica utilizando-se de livros e artigos científicos afim se embasar o referencial teórico.

3.3 Quanto à abordagem

O Método de abordagem caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, pois tem um elevado nível de abstração em relação a: fenômenos, natureza e sociedade. Portanto, ela engloba os métodos: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, os quais são descritos (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O método Indutivo é tratado como sendo a aproximação dos fenômenos que caminham geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias. O método Dedutivo é aquele que parte das teorias e leis, na maioria das vezes perde a ocorrência dos fenômenos particulares, pois explica o conteúdo das premissas. O método Hipotético-Dedutivo é aquele que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca de qual formula hipóteses e pelo processo de inferência dedutiva. E o método Dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

O presente trabalho utilizará o método dedutivo, pois partiu-se da leis e teorias a fim de explicar algo particular, visando à credibilidade dos resultados apresentados. Dentre as estratégias para abordagem do problema, levando-se em conta o objeto em estudo, a de melhor aplicabilidade é a abordagem no método dedutivo, que parte do geral para o particular, visto que os dados são coletados, buscando-se a interpretação e compreensão destes.

3.4 Quanto a técnica de coleta de dados

Lakatos e Marconi (2001) definem método de técnica como um conjunto de preceitos ou processos que se serve uma ciência, é de suma importância na utilização de preceitos ou normas na obtenção dos seus propósitos que correspondem à prática de coleta de dados e está subdividida em documentação indireta, direta intensiva e a direta extensiva.

A documentação indireta está relacionada com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A direta intensiva utilizada à coleta de dados em forma de observações, que examina os fatos ou fenômenos que se deseja estudar, e a entrevista é uma conversação de forma metódica, realizada verbalmente para que o entrevistador possa reter as suas informações necessárias. E a direta extensiva utiliza a coleta de dados em forma de questionário, que é demonstrado por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito. Por meio de um formulário, é elaborado um roteiro de perguntas que o entrevistador preenche, e por teste são utilizados os instrumentos, com a finalidade de obter dados que permitam avaliar e medir os rendimentos dos indivíduos de forma quantitativa.

Portanto esta pesquisa, por ser bibliográfica, será realizada por meio da documentação indireta a fim de aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto, através de artigos científicos, teses, livros e demais fontes que abordam sobre o assunto.

Ressalta-se que a análise da presente pesquisa foi realizada com foco nas divulgações acerca do *impairment* do imobilizado, não tendo a pretensão de avaliar outros ativos. Utilizou-se de pesquisas no site da empresa BM&FBOVESPA acerca das empresas do setor bancário, e quantificando os resultados em quadros e tabelas.

3.5 População e amostra

Gil (2002) define que população e amostra envolvem informações acerca do universo a ser estudado, da extensão da amostra e da maneira como será selecionada. Lakatos e Marconi (2001) diz em que o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. A amostragem só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo à necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.

Quanto à população, a mesma é composta por 27 (Vinte e sete) empresas do setor bancário listadas na BM&FBOVESPA coletados em 27/04/2014.

Foi excluída a empresa BCO PATAGONIA S.A, pois não apresentou as demonstrações em todos os anos analisados.

Para a amostra foram analisadas as demonstrações financeiras das empresas do setor bancário listada na BM&FBOVESPA, correspondendo a um total de 26 empresas após as exclusões, conforme quadro 5.

QUADRO 5 - Empresas a serem avaliadas

Ordem	Empresas
1	Alfa Holdings S.A.
2	Banestes S.A. - Bco Est Espirito Santo
3	Bco Abc Brasil S.A.
4	Bco Alfa De Investimento S.A.
5	Bco Amazonia S.A.
6	Bco Bradesco S.A.
7	Bco Brasil S.A.
8	Bco Btg Pactual S.A.
9	Bco Daycoval S.A.
10	Bco Estado De Sergipe S.A. - Banese
11	Bco Estado Do Para S.A.
12	Bco Estado Do Rio Grande Do Sul S.A.
13	Bco Industrial E Comercial S.A.
14	Bco Indusval S.A.
15	Bco Mercantil De Investimentos S.A.
16	Bco Mercantil Do Brasil S.A.
17	Bco Nordeste Do Brasil S.A.
18	Bco Panamericano S.A.
19	Bco Pine S.A.
20	Bco Santander (Brasil) S.A.
21	Bco Sofisa S.A.
22	Brb Bco De Brasilia S.A.
23	Consortio Alfa De Administracao S.A.
24	Itau Unibanco Holding S.A.
25	Itausa Investimentos Itau S.A.
26	Parana Bco S.A.

Fonte: BM&FBOVESPA, adaptado pelo autor (2014).

3.6 Procedimento da análise dos dados

As empresas serão avaliadas em 03 (três) etapas que foram extraídas de uma metodologia já aplicada por Freese (2014) em sua monografia sobre *Impairment test*: índice de *disclosure* nas empresas de capital aberto, apresentado à UniRV.

As duas primeiras etapas conterão questões com base em informações contidas no CPC 01 (R1) com relação às obrigatoriedades de divulgação do *Impairment Test*, só será submetida a próxima caso a resposta da primeira seja positiva. Desse modo, o primeiro questionamento é:

1º - A empresa divulgou *impairment test* no período?

Caso essa resposta seja positiva, a pesquisa irá responder a segunda pergunta, caso seja negativa será incluída em um resultado parcial das empresas que não divulgaram o teste de recuperabilidade no período.

Para as respostas da primeira pergunta, não foram consideradas as informações acerca das práticas necessárias à aplicação do *impairment test*, pois não foi informado com clareza se realmente foi realizado o teste de recuperabilidade de ativos.

A segunda pergunta, somente será respondida caso a primeira tenha sido positiva, a pergunta consiste em avaliar se:

2º - A empresa declarou se houve perda ou reversão por redução ao valor recuperável no período?

Na terceira etapa serão analisados alguns quesitos conforme exige o CPC 01, somente passará para a terceira pergunta, caso a resposta da segunda pergunta tenha sido positiva. Caso contrário, será incluída em uma avaliação parcial.

Serão avaliados 5 (cinco) itens na terceira etapa, enumerados de 1 (um) a 5 (cinco):

1. A empresa divulgou o montante das perdas e/ou reversão por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas?
2. A empresa divulga os eventos que levaram ao reconhecimento da perda ou reversão por redução ao valor recuperável?
3. A empresa divulga a natureza do ativo em caso de ativo individual ou a descrição

em caso de unidade geradora de caixa?

4. A empresa divulga se o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) é seu valor justo líquido de despesa de venda ou seu valor em uso?
5. A empresa divulgou a base utilizada para mensurar o valor justo líquido de despesas com alienação, ou a taxa de desconto utilizada na estimativa corrente?

Será atribuído nota 0 (zero) para as respostas negativas e nota 5 (cinco) para as positivas, totalizando 25 (vinte e cinco) pontos que correspondem a 100%.

Sendo assim, as entidades serão divididas em três grupos:

- a) as empresas que não divulgaram o *impairment test*;
- b) as empresas que divulgaram o *impairment test* e não apresentaram perdas; e
- c) as empresas que divulgaram o *impairment test* e tiveram perda.

Para alcançar à categorização da classificação será aplicada uma metodologia para se chegar aos índices de classificação. A pontuação empregada na terceira etapa foi atribuída pelo autor, que de certa forma é uma hierarquização arbitrária, no entanto é de fundamental importância para a chegar ao resultado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta de dados de acordo com a metodologia aplicada em todas as empresas integrantes da amostra, analisou-se as demonstrações financeiras dos anos de 2010 à 2013 do setor bancário listados na BM&FBOVESPA, onde pode-se observar os resultados da tabela 1.

TABELA 1 - Resultado das análises quanto a divulgação

Ano	Descrição	Quantidade de empresas
2010	Empresas que não divulgaram aplicação do <i>impairment test</i> .	15
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e não tiveram perdas ou reversões.	07
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e tiveram perdas ou reversões.	04
2011	Empresas que não divulgaram aplicação do <i>impairment test</i> .	14
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e não tiveram perdas ou reversões.	08
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e tiveram perdas ou reversões.	04
2012	Empresas que não divulgaram aplicação do <i>impairment test</i> .	14
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e não tiveram perdas ou reversões.	10
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e tiveram perdas ou reversões.	02
2013	Empresas que não divulgaram aplicação do <i>impairment test</i> .	13
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e não tiveram perdas ou reversões.	11
	Empresas que divulgaram o <i>impairment test</i> e tiveram perdas ou reversões.	02

Fonte: Freese (2014), adaptado pelo autor (2014).

Após a realização desta segregação, através dos questionamentos explicados na metodologia analisa que de modo geral o índice total de empresas que não estão efetuando a divulgação está diminuindo. Em 2010 as empresas que não divulgaram ter aplicado o teste de recuperabilidade segundo o CPC 01, era de 15, esse número caiu para 13 em 2013.

4.1 Empresas que não divulgaram o *impairment test*

Avaliando as 26 (vinte e seis) empresas componentes da amostra, conforme a

primeira pergunta que consta no procedimento da análise dos dados, foi analisado se a empresa divulgou ou não ter realizado o *impairment test*, assim identificou-se os resultados conforme tabela 2, que tem por objetivo apresentar somente as empresas que não divulgaram ter aplicado o teste de recuperabilidade de ativo.

TABELA 2 - Empresas que não divulgaram ter aplicado o *impairment*

Ordem	2010	2011	2012	2013
1	Alfa Holdings S.A.	Alfa Holdings S.A.	Alfa Holdings S.A.	Alfa Holdings S.A.
2	Bco Abc Brasil S.A.	Bco Abc Brasil S.A.	Bco Abc Brasil S.A.	Bco Abc Brasil S.A.
3	Bco Alfa De Investimento S.A.	Bco Alfa De Investimento S.A.	Bco Alfa De Investimento S.A.	Bco Alfa De Investimento S.A.
4	Bco Btg Pactual S.A.	Bco Btg Pactual S.A.	Bco Btg Pactual S.A.	Bco Btg Pactual S.A.
5	Bco Daycoval S.A.	Bco Daycoval S.A.	Bco Daycoval S.A.	Bco Daycoval S.A.
6	Bco Estado De Sergipe S.A. - Banese	Bco Estado De Sergipe S.A. - Banese	Bco Estado De Sergipe S.A. - Banese	Bco Estado De Sergipe S.A. - Banese
7	Bco Indusval S.A.	Bco Indusval S.A.	Bco Indusval S.A.	Bco Indusval S.A.
8	Bco Mercantil De Investimentos S.A.	Bco Mercantil De Investimentos S.A.	Bco Mercantil De Investimentos S.A.	Bco Mercantil De Investimentos S.A.
9	Bco Mercantil Do Brasil S.A.	Bco Mercantil Do Brasil S.A.	Bco Mercantil Do Brasil S.A.	Bco Mercantil Do Brasil S.A.
10	Bco Pine S.A.	Bco Pine S.A.	Bco Pine S.A.	Bco Pine S.A.
11	Bco Sofisa S.A.	Bco Sofisa S.A.	Bco Sofisa S.A.	Bco Sofisa S.A.
12	Consortio Alfa De Administração S.A.	Consortio Alfa De Administração S.A.	Consortio Alfa De Administração S.A.	Consortio Alfa De Administração S.A.
13	Parana Bco S.A.	Parana Bco S.A.	Parana Bco S.A.	Parana Bco S.A.
14	Bco Amazônia S.A.	Bco Amazônia S.A.	Bco Amazônia S.A.	-----
15	Bco Nordeste Do Brasil S.A.	-----	-----	-----
Percentual	57,69%	53,85%	53,85%	50%

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Conforme a metodologia aplicada, não foram considerados explicações acerca de como é realizado o teste de recuperabilidade, e sim informação relativas de como foi realizado o *impairment test*.

Conforme a tabela 2, fica demonstrado que o total de bancos que não realizam o *impairment test* está diminuindo com o passar dos anos, pois em 2010 as empresas que não divulgaram ter aplicado teste de recuperabilidade representa 57,69% do total de empresas analisadas, esse número foi reduzido em 7,69% em quatro anos, visto que em 2010 o percentual de empresas que não divulgaram chegou a 50%.

4.2 Empresas que declaram ter realizado o *impairment* mais não obtiveram perdas e/ou reversões

Apresenta os resultados das empresas que responderam de forma positiva a primeira pergunta, mas por algum motivo não obtiveram perdas ou reversões por valor recuperável em suas demonstrações financeiras no período de 2010 à 2013.

TABELA 3 - Empresas que divulgaram ter aplicado o *impairment* mas não obtiveram perdas e/ou reversões

Ordem	2010	2011	2012	2013
1	Bco Estado Do Pará S.A.	Bco Estado Do Pará S.A.	Bco Estado Do Pará S.A.	Bco Estado Do Pará S.A.
2	Bco Estado Do Rio Grande Do Sul S.A.	Bco Estado Do Rio Grande Do Sul S.A.	Bco Estado Do Rio Grande Do Sul S.A.	Bco Estado Do Rio Grande Do Sul S.A.
3	Bco Industrial E Comercial S.A.	Bco Industrial E Comercial S.A.	Bco Industrial E Comercial S.A.	Bco Industrial E Comercial S.A.
4	Bco Panamericano S.A.	Bco Panamericano S.A.	Bco Panamericano S.A.	Bco Panamericano S.A.
5	Brb Bco De Brasília S.A.	Brb Bco De Brasília S.A.	Brb Bco De Brasília S.A.	Brb Bco De Brasília S.A.
6	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.
7	Itausa Investimentos Itaú S.A.	Itausa Investimentos Itaú S.A.	Itausa Investimentos Itaú S.A.	Itausa Investimentos Itaú S.A.
8	-----	Bco Nordeste Do Brasil S.A.	Bco Nordeste Do Brasil S.A.	Bco Nordeste Do Brasil S.A.
9	-----	-----	Banestes S.A.	Banestes S.A.
10	-----	-----	Bco Santander (Brasil) S.A.	Bco Santander (Brasil) S.A.
11	-----	-----	-----	Bco Amazônia S.A.
Percentual	26,93%	30,77%	38,46%	42,31%

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Foram analisadas às Notas Explicativas, e as entidades declaram não haver perda e/ou reversão por valor recuperável de ativos imobilizados.

É possível analisar na tabela 3 que as empresas Bco Amazônia e Bco Nordeste, não divulgaram ter aplicado o teste de recuperabilidade anteriormente, pois o Bco Amazônia está listado na tabela 2 nos anos de 2010, 2011 e 2012, e o Bco Nordeste também está listado na tabela 2 no ano de 2010. Isso demonstra que as empresas estão aplicando o teste de recuperabilidade com o passar dos anos.

4.3 Empresas que realizaram o *impairment* e obtiveram perdas e/ou reversões

Esta seção, é composta pelas empresas que realizaram o teste de recuperabilidade de ativos e obtiveram perdas e/ou reversões no grupo do imobilizado em suas demonstrações contábeis. Para essa etapa, foram analisadas 5 (cinco), quesitos que são de acordo com o CPC 01 conforme instrumento de coleta de dados, e das 26 (Vinte e seis) empresas analisadas, somente 4 (quatro) chegaram a essa fase, sendo que as empresas Banestes e Santander, somente serão avaliadas nos anos de 2010.e 2011, pois nos anos seguintes não obteve perdas e/ ou reversão por redução ao valor recuperável em seus imobilizados.

TABELA 4 - Índice de divulgação do *impairment*

Ano	Empresas	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	(%) divulgação
2010	Banestes S.A.	5	0	0	0	0	20%
	Bco Bradesco S.A.	5	0	5	0	0	40%
	Bco Brasil S.A.	5	0	0	0	0	20%
	Bco Santander (Brasil) S.A.	5	0	5	0	0	40%
2011	Banestes S.A.	5	0	0	0	0	20%
	Bco Bradesco S.A.	5	0	5	0	0	40%
	Bco Brasil S.A.	5	0	0	0	0	20%
	Bco Santander (Brasil) S.A.	5	0	5	0	0	40%
2012	Bco Bradesco S.A.	5	0	5	0	0	40%
	Bco Brasil S.A.	5	0	0	0	0	20%
2013	Bco Bradesco S.A.	5	0	5	0	0	40%
	Bco Brasil S.A.	5	0	0	0	0	20%

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

É possível analisar pela tabela 4, que o maior percentual de divulgação alcançou 40% (quarenta por cento), como o caso do Bradesco e do Santander.

4.4 Discussões gerais dos resultados

Após análise das demonstrações financeiras das empresas do setor bancário listadas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2010 à 2013, chegou-se aos seguintes indicadores:

TABELA 5 - Aglutinação dos resultados

Itens avaliados	(%) 2010	(%) 2011	(%) 2012	(%) 2013	(%) Média
Não Divulgou o teste.	57,69	53,85	53,85	50	53,85
Divulgou o teste mais não obteve perdas e/ou reversões.	26,93	30,77	38,46	42,31	34,62
Divulgou o teste e obteve perdas e/ou reversões.	15,38	15,38	7,69	7,69	11,53
Total	100	100	100	100	100

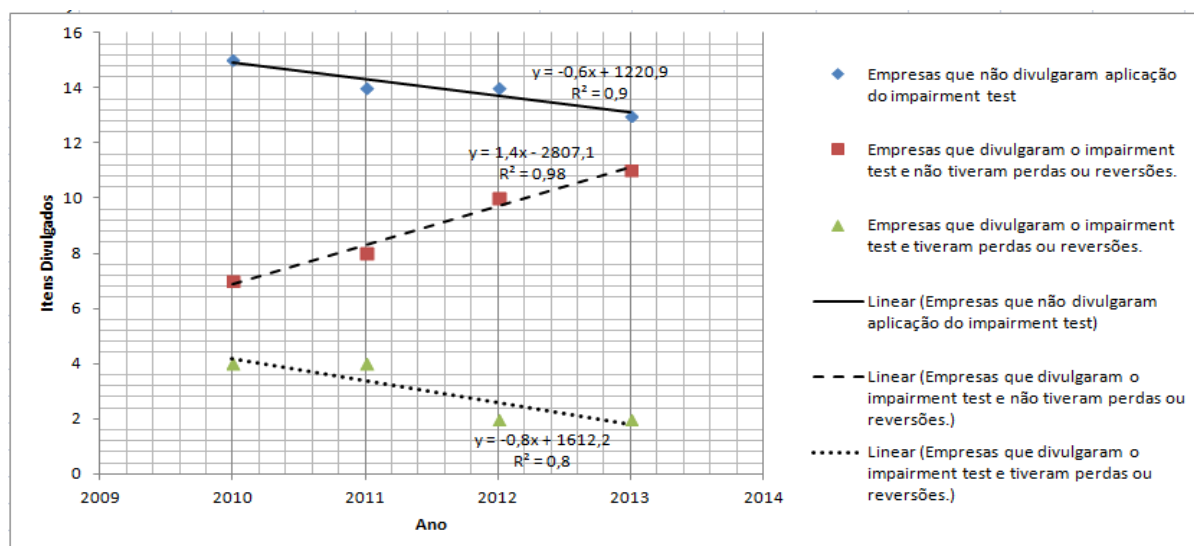
Fonte: Freese (2014), adaptado pelo autor 2014.

De acordo com a tabela 5, pode-se observar que o índice da aplicação do teste de recuperabilidade nos ativos imobilizados das empresas do setor bancário listadas na BM&FBOVESPA, não supera os 50% (cinquenta por cento), ou seja, mais da metade das empresas analisadas não divulgou ter aplicado o *impairment test*.

Também para efeito de análise de resultado, aplicou-se a análise de regressão que consiste na realização de uma análise estatística com o objetivo de verificar a existência de uma relação funcional entre uma variável dependente com uma ou mais variáveis independentes. Em outras palavras consiste na obtenção de uma equação que tenta explicar a variação da variável dependente pela variação dos níveis das variáveis independentes (ZANCAN, 1996).

Para tentar explicar as variáveis na análise das empresas do setor bancário listadas na BM&FBOVESPA, foi realizado o estudo da regressão linear para verificar se os resultados das empresas do setor bancário possuem relação com o passar dos anos onde a variável dependente é as informações analisadas e a independente é o tempo. Assim procedeu-se a elaboração de uma projeção pelo mesmo período do estudo do presente trabalho.

Dessa forma, apresenta a figura 2, que detalha os resultados dos três itens de análise estabelecidos pela metodologia.

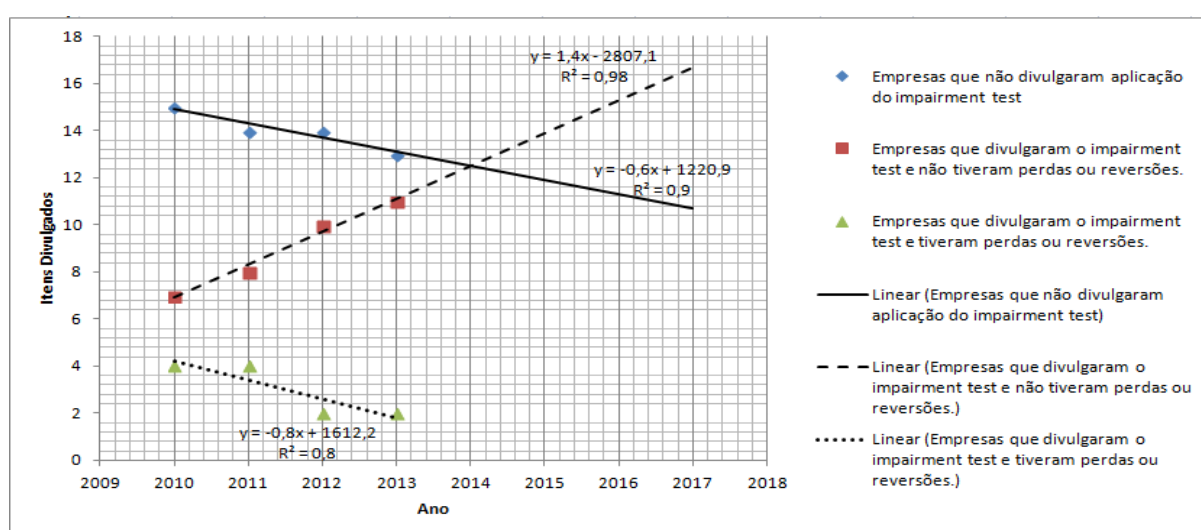


Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida (2014).

FIGURA 2 - Análise de regressão para o resultado das empresas

Na análise da figura 2, fica demonstrado que as empresas que não divulgaram a aplicação do *impairment test* existe uma tendência negativa com os passar dos anos muito significativa em torno de 90%, portanto, infere-se pela análise da tendência linear que os bancos com o passar dos anos estão publicando mais informações acerca do *impairment test*. Para confirmação dessa análise, apresenta-se também na figura 2 a tendência positiva das empresas que estão divulgando o *impairment test* e não tiveram perdas ou reversões com significação de 98%.

Para efeitos de análise, também elaborou-se a figura 3, com uma tendência linear com uma projeção para os 4 anos seguintes do estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida (2014).

FIGURA 3 - Projeção da análise de regressão para o resultado das empresas

Pela análise da figura 3, pode-se concluir que fazendo uma projeção das tendências apresentadas na figura 2 fica demonstrado que no final da projeção dos quatro anos da tendência pode-se afirmar que as empresas no final dessa projeção estarão divulgando mais informações acerca do *impairment test*, mesmo que essas tiverem ou não perdas e/ou reversões.

Cabe salientar que essa análise de regressão linear não explica qualitativamente as informações acerca das informações sobre o *impairment test* pelos bancos, simplesmente demonstra os resultados e a projeção por tendência entre as variáveis dos itens divulgados ou não divulgados em comparação com os anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *impairment* é um instrumento utilizado para adequar o ativo imobilizado à sua real capacidade de retorno econômico.

Na aplicabilidade do teste de recuperabilidade, conforme figura 1, primeiramente é necessário encontrar o valor recuperável, onde este é o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Após encontrar o valor recuperável é necessário compará-lo com o valor contábil que deve ser o valor registrado do ativo imobilizado descontado a depreciação ou exaustão. Caso o valor recuperável seja maior que o valor contábil, não há de se falar em perda por redução ao valor recuperável, mas caso o valor contábil seja maior que o valor recuperável, é necessário que seja constituída a perda por redução ao valor recuperável. A perda por recuperabilidade, deverá ser reconhecida diretamente no resultado do período em que ela ocorreu.

Nas análises efetuadas é possível constatar que apesar de existir a obrigatoriedade da aplicação o teste de recuperabilidade desde o ano de 2008, através da aprovação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as empresas ainda não efetuam corretamente a divulgação da sua aplicação e também das premissas utilizadas para a mensuração do *impairment test*.

Também é visível o aumento do índice de aplicação do *impairment test*, conforme evidenciado na tabela 5, onde veio crescendo nos quatro anos analisados, pois em 2010, cerca de 42,31% (somatório das empresas divulgaram o teste com ou sem perdas e reversões) e em 2014 esse número aumentou para 50% (somatório das empresas divulgaram o teste com ou sem perdas e reversões), ou seja, um aumento em 7,69%.

Para a realização de novas pesquisas, sugere-se que seja verificado ou não a tendência de empresas que estarão divulgando as informações acerca do *impairment test* de acordo com as projeções da figura 3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. M. P.; ASSAF, A. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 1976.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2007.

_____. Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Altera a lei 11.638/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de maio de 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO TÉCNICO. **CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2012. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 02/02/2014.

_____. **CPC 01 (R1): Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. 2010. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 02/02/2014.

_____. **CPC 27: Ativo Imobilizado**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 02/02/2014.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. da C. **Contabilidade Introdutória: descomplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

ERNEST; YONG. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FREESE, E.S.S. **Impairment test: Índice de disclosure nas empresas brasileiras de capital aberto**. 2014. 36f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL Accounting Standards Board. IAS 36: Impairment of assets. IASB, 1998.
IUDÍCIBUS, Sergio et al.. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNG, C. F. **Metodologia científica: ênfase em pesquisa tecnológica**. 3. ed. 2003.
Disponível em: <<http://www.mecanica.ufrgs.br/promec/alunos/download/metodolo.pdf>>.
Acesso em 22/10/2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUNELLI, R. L. **Test de impairment: portal de contabilidade**. 2013. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/testedeimpairment.htm>>. Acesso em:
19/04/14.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. **Entrevista: País está mais bem preparado para a mudança?** Valor Online. São Paulo: 2008. Disponível em:
<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFyMAC/jornal-valor-economico-entrevista-com-eliseu-martins>>. Acessado em 22/10/2013.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, P. D. A.; CARVALHO, F. M.; DIAS, L. N. S.; MARQUES, J. A. V. C. **Impairment de ativos de longa duração: Comparação entre SFAS 144 e IAS 36**. USP. 2006. Artigos.

SILVA, P. D. A.; MARQUES, J. A. V. C.; SANTOS, O. M. **Análise da evidenciação das informações sobre o *impairment test* dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas.** Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, B. S. de. **O uso de fluxo de caixa descontado na determinação do valor em uso para aplicabilidade de *impairment test* nos ativos imobilizados.** 2012. 79f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2012.

ZANCAN, E.C. **Avaliações de imóveis em massa para efeitos de tributos municipais.** 1.^a Ed. Florianópolis: Rocha, 1996.